

<b>Público</b>	Periodicidade: <b>Diário</b>
31-10-2022	Classe: <b>Informação Geral</b>
	Âmbito: <b>Nacional</b>
	Página(s): <b>1,12,13</b>

# Rendimentos

# Nos bastidores dos acordos do Governo com os parceiros sociais

Fernando Medina questionou parceiros sociais sobre que papel queriam dar à concertação social e foi decisivo na negociação **Política, 12/13**

## Política Os bastidores, a estratégia e o calendário das negociações

# Que papel querem dar à concertação? Como Medina convenceu os parceiros sociais a assinar acordos

Ministro foi decisivo para os entendimentos celebrados com os parceiros e a UGT. Se não houvesse fumo branco, as propostas passariam para o OE 2023 e as negociações eram esvaziadas

São José Almeida

A actuação do ministro das Finanças, Fernando Medina, foi essencial e decisiva para que o Governo garantisse a assinatura do Acordo de Médio Prazo de Melhorar dos Rendimentos, Salários e Competitividade com os parceiros da concertação social, mas teve também um papel central no acordo plurianual de valorização dos trabalhadores da função pública com a Federação de Sindicatos de Administração Pública e de Entidades com Fins Públicos (Fesap) e o Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado (STE), cujas negociações foram conduzidas, na primeira linha, pela ministra da Presidência, Mariana Vieira da Silva.

A estratégia negocial e o calendário foram estabelecidos em junho, soube o PÚBLICO, e incluíram o pacote de apoios sociais contra a inflação, que entrou já em vigor, a preparação do Orçamento do Estado para 2023 (OE 2023) e os dois acordos, para o sector privado e para o público. Isto já com o objectivo de que os acordos de concertação social e com os sindicatos da função pública teriam de ser obtidos antes do OE 2023.

O plano foi sendo posto em marcha pela ministra da Presidência, Mariana Vieira da Silva, e pela ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Ana Mendes Godinho, com a coordenação do ministro das Finanças e a tutela do primeiro-ministro, António Costa, que teve, no princípio de Agosto, as primeiras conversas exploratórias com o presidente da Confederação da Indústria Portuguesa, António Saraiva, e com o secretário-geral da UGT, Mário Mourão, para perceber as linhas vermelhas e os pontos essenciais de cada uma destas organizações.

O primeiro passo foi o anúncio dos pacotes de apoios às famílias e às empresas, com o intuito de criar um

ambiente propício aos acordos plurianuais. Com o mesmo objectivo, foi lançado o conjunto das medidas na área da energia, que foi articulado pelo ministro do Ambiente e da Acção Climática, Duarte Cordeiro, o ministro das Finanças e a Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos.

O conjunto de medidas que poderiam ser garantidas pelo Governo ficou fechado no fim de Agosto, antes de o primeiro-ministro visitar Moçambique. E tinha como objectivo, "sem alimentar a inflação, garantir um forte crescimento dos rendimentos ao longo da legislatura", explicou um membro do Governo ao PÚBLICO, sublinhando que, "para isso, os aumentos plurianuais são essenciais", e ainda que esses aumentos "em 2023 fiquem abaixo da inflação serão compensados com as medidas de apoio e redução do IRS" e "nos anos seguintes, com a inflação a cair, haverá aumentos reais do rendimento".

**Salvar a concertação**  
Desde a passada legislatura que o Governo procurava um acordo plurianual de concertação social. Agora ele foi potenciado por razões de conjuntura. De um lado, os representantes dos patrões perceberam a oportunidade. Até porque a resistência ao

**O conjunto de medidas que poderiam ser garantidas pelo Governo ficou fechado no fim de Agosto, antes de o primeiro-ministro visitar Moçambique**

aumento do salário mínimo era confrontada com a realidade de que, na prática, a escassez de mão-de-obra está a fazer subir os salários mais baixos. Da parte dos trabalhadores, a CGTP voltou a ficar de fora, mas a UGT empenhou-se em estancar a perda do poder de compra dos trabalhadores.

O acordo acabou por ter como chaves a recuperação salarial, as políticas de competitividade e o desagravamento fiscal, sendo que neste último caso, de acordo com as informações recolhidas pelo PÚBLICO, teve um papel central o secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, António Mendonça Mendes. Nomeadamente no aumento do mínimo de existência, de modo a que os ganhos não fossem prejudicados em sede de IRS, um assunto que estava a ser tratado por uma equipa do Ministério das Finanças, sob sua tutela, desde o anterior governo.

Na quinta-feira 6 de Outubro, o ministro das Finanças participa na reunião da concertação social, onde encontrou os líderes dos parceiros sociais que já conhecia. Apenas negociava pela primeira vez com o novo secretário-geral da UGT, Mário Mourão.

Na intervenção que então fez, o ministro das Finanças apelou ao acordo e assume a necessidade de fazer acordo plurianual antes mesmo de o OE 2023 ser fechado. E defende que, sobretudo por se viver um momento de incerteza, o valor do compromisso de concertação social é "muito grande". E questionou os parceiros sociais sobre que papel queriam dar à concertação social. Mas, dando um passo em frente, Fernando Medina assume que, se não houvesse acordo, o Governo inscreveria as medidas nele propostas no OE 2023, ainda que, com isso,oubesse que estaria a esvaziar um futuro acordo de concertação social. O jogo virou e as



O ministro das Finanças, Fernando Medina, foi decisivo para que houvesse

negociações aceleraram até sábado.

Dois dias antes, a 4 de Outubro, o Conselho de Ministros tinha-se reunido sobre o OE 2023, mas ainda não tinha fechado o documento. Na sexta-feira, em nova reunião do Conselho de Ministros – de acordo com o que Medina tinha dito na véspera na concertação social –, as propostas conti-

das no acordo foram vertidas para o OE 2023.

Paralelamente, as negociações com os parceiros prosseguiram até sábado à noite, quando o acordo foi fechado. Realizaram-se reuniões bilaterais separadas entre a ministra do Trabalho, da Solidariedade e da Segurança Social e o secretário de



o acordo na concertação social

Estado dos Assuntos Fiscais com todos os parceiros. Mas também reuniões a sós do ministro das Finanças com os líderes das confederações do Turismo, Indústria e Agricultura. O acordo é assinado no domingo de manhã, e à tarde o Conselho de Ministros fecha o OE 2023, para o qual, aliás, já tinham sido

carregados os conteúdos do acordo. Ao que o PÚBLICO sabe, Fernando Medina – que é considerado por outro membro do Governo como “um defensor deste tipo de acordos” – bateu-se junto do primeiro-ministro para que houvesse acordo de concertação social, de forma a haver “chão firme”, uma “mensagem” para a sociedade num momento de problemas, uma “base de confiança”. E o primeiro-ministro esteve sempre por dentro das negociações, acompanhando-as “muito de perto”. Foi mesmo falando com os parceiros sociais que lhe telefonavam.

**O sinal dado pelo Estado**  
Já em relação ao acordo sobre os rendimentos e carreiras dos trabalhadores do Estado, assinado pelo primeiro-ministro e os sindicatos da UGT, Fesap e STE, o papel de primeira fila, a cara das negociações, foi Mariana Vieira da Silva, que trabalhou ao assunto com Fernando Medina na rectificação e com António Costa sempre informado. No processo negocial, a ministra foi coadjuvada pela secretária de Estado da Administração Pública, Inês Ramires, e pela secretária de Estado do Orçamento, Sofia Batalha, em representação do ministro das Finanças.

Com o objectivo de conseguir um acordo plurianual, que não acontecia desde 1999, e que fossem normalizadas as relações do Estado com os seus trabalhadores, logo em Abril Mariana Vieira da Silva pôs em cima da mesa das negociações com os sindicatos da função pública a política de valorização das carreiras técnicas e dos salários, que não se limitasse aos habituais aumentos percentuais – uma mudança que estava no Programa do Governo. Neste domínio, um problema central era o de que, com a progressão dos salários mínimos, desapareceria a diferenciação salarial nos escalões profissionais mais baixos e a carreira da função pública seria desestruturada.

Ao longo das negociações, o processo foi coordenado entre Fernando Medina e Mariana Vieira da Silva, para que se monitorizassem os custos. E a ministra tinha mesmo um mapa com todas as propostas dos sindicatos e com a indicação do que podia ou não ser aceite pelo Governo. Isto de acordo com os limites financeiros que Medina decidira.

Realizaram-se duas reuniões normais e uma suplementar. No final desta última, a ministra propôs que as negociações continuassem. A Fesap e o STE aceitaram, mas a Frente Comum, sindicato da CGTP, rejeitou. No sábado dia 22, o acordo ficou fechado, depois de o ministro das Finanças ter aberto “os cordões à bolsa” e permitido que o aumento do subsídio de alimentação tivesse retroactividade a Outubro deste ano e fosse aprovada uma mais rápida aceleração da progressão nas carreiras.

**Significado e riscos**

## Acordos de concertação são “cultura de compromisso” e “confiança social”

São José Almeida

O acordo assinado pelo primeiro-ministro com as confederações patronais e a UGT – apenas a CGTP voltou a ficar de fora – é o terceiro acordo de concertação social plurianual celebrado na democracia portuguesa. Antes, apenas os primeiros-ministros Cavaco Silva e António Guterres assinaram tais documentos estratégicos, em 1991 e 1996, respectivamente.

A importância deste tipo de acordos é salientada por José Silva Peneda, responsável pelo primeiro acordo enquanto ministro do Emprego e da Segurança Social de Cavaco Silva (1987-1993) e depois presidente do Conselho Económico e Social (2009-2015). “O desenvolvimento da cultura de compromisso reforça a confiança social”, sublinha Silva Peneda em declarações ao PÚBLICO, salientando que “as sociedades modernas são mais complexas, mais fragmentadas, com maior diversidade e maior mobilidade”, pelo que nelas “ganham importância as interdependências”.

Isso faz com que “os processos de decisão sejam mais complexos” e “força os governos a fazerem pontes de interacção”, já que, “mesmo com maioria absoluta, não há poder absoluto para resolver tudo”. Daí que “hoje a concertação social é fundamental em termos de governação eficaz”, afirma Silva Peneda, que conclui: “O Parlamento luta pelo poder, a concertação social pelo compromisso, governar é ter poder e saber fazer o compromisso.”

Também Francisco Van Zeller, ex-presidente da Confederação da Indústria Portuguesa (2002-2010), considera que “a concertação social é absolutamente vital na fase inicial de um governo”. Em declarações ao PÚBLICO, sublinha que “nas reuniões de preparação é que há a verdadeira concertação, aí vê-se a responsabilidade de quem e do quê”.

O antigo presidente da CIP salienta, porém, que “os acordos são mais da conveniência dos governos, as confederações têm ganhos”, mas “quem ganha são os governos, que podem aparecer no Parlamento com outro apoio da sociedade produtiva”, o que “dá reforço aos governos em relação a leis, incluindo os orçamentos do Estado”.

Por seu lado, João Prouença, antigo secretário-geral da UGT (1995-2013), defende a utilidade para os trabalhadores destes acordos e garante que eles “sempre permitiram o aumento dos salários reais, o reforço da negociação colectiva e a redução da conflitualidade social”, uma vez que

“geram um clima de confiança e criam melhores condições para o crescimento da economia e do emprego”.

**Os riscos do acordo**

Em relação ao actual acordo, Silva Peneda afirma: “Não posso deixar de saudar o acordo, embora tenha fragilidades”. E acrescenta: “Há vários. O segredo está na agenda, tem de ter vários pontos para todos se acomodarem e poderem cantar vitória. O mérito deste é ter vários pontos.” Mas adverte que “há um risco, está cheio da incerteza de médio prazo”. Mas considera que o compromisso “poderá ser ajustado”.

Reconhecendo que o actual acordo “tem riscos devido à situação de guerra”, Francisco Van Zeller lembra: “A economia portuguesa depende de tanta coisa, que não de nós mesmos.” E sublinha que ele é “uma intencção”. Mas garante que “este acordo tem a virtude de ser plurianual, obrigou a pensar e a compromissos em termos plurianuais”.

É esta dimensão que Francisco Van Zeller valoriza: “O importante foi ter-se dado este passo para uma discussão plurianual, que abre a porta para a negociação permanente.” E faz questão de frisar que a partir de agora “vai continuar a haver negociações na Comissão Permanente da Concertação Social”.

Também João Prouença apoia “cla-

ramente a celebração deste acordo”, ainda que reconheça que, “neste momento de incerteza, é mais difícil saber se é cumprido”. Mas valoriza “a perspectiva de aumento de salários reais em quatro anos e a aproximação à média comunitária”, além de que “tem medidas de reforço da negociação colectiva”, na qual acredita que “terá impacto positivo”. Considera mesmo que ele “já teve um resultado, o acordo com a função pública”.

Carvalho da Silva, que foi secretário-geral da CGTP (1987-2012), discorda em relação à importância do documento. “O acordo, do ponto de vista estratégico, não é nada, as variáveis, a inflação, a produtividade e o poder de assumir compromissos não são controláveis, devido à situação de incerteza”, garante. Já do ponto de vista político, reconhece que o acordo “foi um trunfo para António Costa”. E “serviu para recuperar a concertação social como estrutura central do arco da governação”.

Considerando que o documento “teria de ter mecanismos de controlo”, afirma que “a comissão de acompanhamento não tem compromisso e balizas”, logo “as decisões que tomar dependerão apenas do contexto”.

“Vão ser totalmente alteradas e não sabemos como vão desenvolver-se.” Usando o exemplo dos salários, defende que o Governo “aponta a subida de 5,1% como meta, mas não o pode impor aos privados”. Assim, sustenta que, “se não houver negociação colectiva, não haverá aumentos”, para concluir: “É tudo apenas uma espécie de palavra de honra.” E adverte que “o Banco de Portugal já previu que a dinâmica do mercado leva a um aumento dos salários de 5% em 2022. Ter como meta 5,1% em 2023 até trava o crescimento que está em curso no mercado”.

### Apenas Cavaco e Guterres assinaram tais documentos estratégicos, em 1991 e 1996



O primeiro-ministro assinou o acordo a 9 de Outubro